A TELEVISÃO COMO INSTRUMENTO DE LUTA POR HEGEMONIA NO BRASIL

Franklin Douglas[1]

RESUMO

Análise sobre a disputa da hegemonia no Brasil, a partir da mídia eletrônica de televisão como instrumento de luta utilizado para os interesses da ideologia hegemônica no país. Tomando como base analítica o pensamento gramsciano, são apresentadas as considerações do autor italiano acerca de categorias como hegemonia, ideologia e senso comum. Destrincha-se e caracteriza-se especialmente a categoria hegemonia. Toma-se essa base teórica para apresentar como a televisão tem sido utilizada à favor das classes dominantes e, assim, alerta para a disputa que se trava nesse espaço na batalha das ideias na atualidade.

Palavras-chave: Hegemonia; Ideologia; Televisão.

ABSTRACT

Analysis of the dispute for hegemony in Brazil, from the electronic television media as an instrument of struggle used for the interests of the hegemonic ideology in the country. Taking gramscian thought as an analytical basis, the Italian author's considerations about categories such as hegemony, ideology and common sense are presented. The category of hegemony is broken down and characterized especially. This theoretical basis is used to present how television has been used in favor of the ruling classes and, thus, alerts to the dispute that takes place in this space in the battle of ideas today..

Keywords: Hegemony; Ideology; Television.

[1] Professor do curso de Comunicação Social do Instituto Maranhense de Educação e Cultura (IMEC) e pesquisador do grupo de pesquisa Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais (OPPLS-PPGPP/UFMA). Doutor em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: oifranklin.ma@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Analisamos neste trabalho a relação entre mídia e ideologia na luta pela hegemonia. A mediação da mídia é fundamental na relação entre cultura e ideologia, cuja síntese é a hegemonia – que é consenso ativo e, também, coerção. Relação entre cultura, ideologia, hegemonia, consenso, que são complexas, necessárias, que não se hierarquizam, pois intrinsicamente vinculadas.

Nessa relação, ao aparentar ter maior destaque, por ser síntese desse processo, o consenso e a hegemonia trazem consigo uma mediação que, também, aparenta maior importância, papel preponderante, a mídia, e, nela, especialmente, a televisão destaca-se, no campo da mídia[2] hegemônica, em razão de ser a parte mais dinâmica da estrutura ideológica, ainda que não seja a única.

A televisão como difusora da ideologia de classe, pode contribuir para neutralizar processos de autoconsciência. Ou, além disso, em situações nas quais os partidos orgânicos e fundamentais, estando divididos em frações, ela pode cumprir as funções de informar, dar direção política e, tal como Gramsci (2002b, p. 350) avaliava em sua época – um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) – exercer o papel de "[...] Estado-maior intelectual do partido orgânico".

O papel desempenhado pela mídia tem sido o de ofuscar essa realidade. Dessa forma, a mídia se torna um elemento fundamental de manutenção da ideologia dominante, à medida que atua permanentemente para interditar esse processo de compreensão da realidade.

Se criar uma nova cultura é mais que fazer descobertas *originais*, mas principalmente difundir criticamente verdades já descobertas e *socializá-las* (GRAMSCI, 2004), esta é uma dessas verdades já descobertas a qual devemos transformar em base vital e elemento de uma ordem intelectual e moral que contribua para o pensamento coerente e unitário de uma multidão sobre a realidade em que

[2] Por campo da mídia entendemos aquele que emerge de modo mais contundente na modernidade, estrutura, articula e dá visibilidade a entes sociais, instituições, valores e práticas encarregadas de mediar socialmente a publicização dos inúmeros campos sociais diferenciados, tornando-os visíveis para o restante da sociedade. O campo da mídia congrega centralmente os aparatos sócio-tecnológicos de produção e difusão simbólicas e uma infinidade de entes, instituições e práticas que gravitam em sua periferia como proponentes indispensáveis de seu funcionamento (RUBIM, 1995).

vive. Eis um papel fundamental que identificamos na mídia – embora não exclusivo a ela: conservar a unidade ideológica do bloco social dominante, embutindo nas classes subalternas a concepção de mundo que está cimentada e unificada pela ideologia dominante.

Na perspectiva gramsciana, o trabalho filosófico não se concebe como uma "[...] elaboração 'individual' de conceitos sistematicamente coerentes." (GRAMSCI, 2004, p. 398, grifo do autor), mas numa luta cultural pela qual se dê a transformação da mentalidade popular, sustentada em inovações filosóficas que se revelem historicamente verdadeiras porque concretamente histórica e socialmente universais. Nesse contexto, a linguagem, as línguas, o senso comum, assumem importância central. No tempo de nossa rotulada idade mídia, mais ainda!

2 A CONCEPÇÃO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI E SUA RELAÇÃO COM A DISPUTA NO CAMPO DA MÍDIA

Consoante Gramsci (2004), hegemonia é consenso ativo. A cultura em uma dada sociedade é a expressão da hegemonia de um dado grupo nessa sociedade. E como "[...] toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica." (GRAMSCI, 2004, p. 399), um novo grupo social que ingresse na vida histórica com postura hegemônica, lembra o pensador sardo, "[...] deve falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova intuição da vida, até que esta se torne um novo modo de sentir e de ver a realidade [...]" (GRAMSCI, 2002a, p.70). Pois, "[...] um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder)." (GRAMSCI, 2002c, p. 62). E, uma vez dominante, uma vez no poder, deve continuar a ser dirigente. A permanência como grupo dirigente e dominante é exercício precípuo de hegemonia. Trata-se de domínio e de direção intelectual e moral aos quais Gramsci (2002c) se refere para que se examine a supremacia de um grupo social, e se compreenda sua hegemonia, visto que domínio sem direção nada mais é do que ditadura sem hegemonia.

Nesse sentido, nas democracias modernas, com amplas organizações estatais e associações civis, direção e domínio se expressam pela hegemonia civil (GRAMSCI, 2002b). Que, por sua vez, se examina: (i) a partir das relações de forças sociais presentes na estrutura e (ii) das relações das forças políticas e seus vários graus de homogeneidade – econômico-corporativo, consciência da solidariedade entre os interesses dos membros do grupo e, por fim, a consciência dos próprios interesses corporativos. (GRAMSCI, 2002b). E acrescenta Gramsci (2004, p. 103-104, grifos do autor):

> A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de "distinção", de "separação", de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.

Tal processo – e a própria elaboração das camadas intelectuais na realidade – acontece de forma bem objetiva: "[...] não ocorre num térreo democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos." (GRAMSCI, 2001a, p. 20). Dois são os planos nos quais podemos identificar a função da hegemonia: em um, ela é exercida em toda a sociedade; no outro, ela é efetuada pelo comando do Estado. Vejamos exatamente nos termos da concepção gramsciana:

> [...] podem-se fixar **dois grandes "planos" superestruturais**: o que pode ser chamado de "**sociedade civil**" (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como "privados") e o da "**sociedade política ou Estado**", planos que correspondem, respectivamente, à função de "hegemonia", que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2001a, p. 20-21, grifos nossos).

Evidente que a divisão feita pelo autor é de caráter meramente didático:

sociedade civil versus sociedade política. Em verdade, na perspectiva gramsciana, trata-se do mesmo fenômeno hegemônico: "[...] não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil [...]" (GRAMSCI, 2004, p. 437). O Estado é expressão da direção e do domínio exercidos na sociedade civil. E adverte Gramsci (2004): há momentos em que a direção política e moral de um país, em determinado período de dificuldades, não seja exercida pelo governo legalmente constituído, mas por uma organização *privada*. Trata-se da afirmação de Croce (apud GRAMSCI, 2004, p. 295) segundo a qual "[...] nem sempre se deve procurar o 'Estado' no lugar indicado pelas instituições oficiais!"

À vista disso, as funções subalternas da hegemonia social e do governo político são operadas (i) pelo consenso *espontâneo* e (ii) pelo aparelho de coerção estatal. O primeiro, obtido pelo grupo fundamental dominante junto às grandes massas da população – "[...] consenso que nasce 'historicamente' do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção." (GRAMSCI, 2001a, p. 21, grifo do autor). O segundo, pelo qual se "[...] assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente." (GRAMSCI, 2001a, p. 21, grifo do autor).

> À fase econômico-corporativa, à fase de luta pela hegemonia na sociedade civil, à fase estatal, correspondem atividades intelectuais determinadas que não podem ser arbitrariamente improvisadas ou antecipadas. Na fase da luta pela hegemonia, desenvolve-se a ciência política; na fase estatal, todas as superestruturas devem desenvolver-se, sob pena de dissolução do Estado. (GRAMSCI, 2004, p. 210).

Desse modo, a fim de evidenciar a complexidade que requer o movimento de análise acerca da hegemonia, Gramsci destaca ao longo de seus *Cadernos* diversas referências ou subdivisões pelas quais é possível adjetivar o termo para melhor especificá-lo, tais como: hegemonia *social* (GRAMSCI, 2001a, p. 21; 2004, p. 301); hegemonia *intelectual* (GRAMSCI, 2001a, p. 127); *política* (GRAMSCI, 2004, p. 103, 315, 437; 2001a, p. 135); *cultural* (GRAMSCI, 2001a, p. 69; 2004, p. 263); *cultural e moral* (GRAMSCI, 2001a, p. 158); geopolítica, como hegemonia europeia (GRAMSCI, 2001a, p. 239), hegemonia *francesa* (GRAMSCI, 2004, p. 426), hegemonia de Florença (GRAMSCI, 2001a, p. 81), etc.

Gramsci se refere a elas distinguindo-as, como que subdividindo, a nosso ver, apenas para demonstrar que a aplicação do conceito requer apurado equacionamento entre o momento histórico determinado – que "[...] jamais é homogêneo; ao contrário, é rico de contradições." (GRAMSCI, 2002a, p. 65) – e teoria, nos termos da hegemonia que se quer erigir pelo bloco histórico em ascensão. Bloco histórico este que surge da adesão orgânica entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, do sentimento-paixão que se torna compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida). (GRAMSCI, 2004). Pois:

> A partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. (GRAMSCI, 2004, p. 225).

É a partir daqui que é "[...] possível propor a luta por uma cultura superior autônoma." (GRAMSCI, 2004, p. 225), em razão de que é também a partir desse momento que o grupo se tornou "[...] um grupo social independente da hegemonia de um outro grupo [...]" (GRAMSCI, 2004, p. 368). Gramsci (2004, p. 365, grifos nossos) observa que a

> Concepção dualista e da "objetividade do mundo exterior", tal como foi inculcada no povo pelas religiões e pelas filosofias tradicionais convertidas em "senso comum**", não pode ser erradicada e substituída senão por uma nova concepção**, que se apresente intimamente fundida com um programa político e uma concepção da história que o povo reconheça como expressão de suas necessidades vitais.

Necessidade de construção de uma *nova concepção!* Eis como Gramsci (2001a, 2004) se refere a esse processo de superação de uma concepção inculcada no povo.

A luta de hegemonias dá-se em um terreno cheio de contradições, dialético, de idas e vindas. Uma dada hegemonia só se consolida à medida que ela, absorvida pelo homem ativo da massa, o faz obter a compreensão crítica de si mesmo, "[...] através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo

da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real." (GRAMSCI, 2004, p. 103).

Gramsci finca o estudo da hegemonia nas seguintes bases:

i) A hegemonia é ético-política (GRAMSCI, 2004, p. 371);

ii) É econômica: "[...] a hegemonia nasce da fábrica." (GRAMSCI, 2001b, p. 247). É expressão do mundo da produção;

iii) A luta pela hegemonia é travada na sociedade civil (GRAMSCI, 2004, p. 210);

iv) Hegemonia é exercício de direção intelectual e moral e de domínio (GRAMSCI, 2002c, p. 330);

v) Hegemonia é consenso ativo (GRAMSCI, 2004, p. 198);

vi) Hegemonia é a capacidade de impor sua vontade a outrem, possibilidade de imprimir de forma absolutamente autônoma uma direção (GRAMSCI, 2002b, p. 129);

vii) Hegemonia é necessariamente de um grupo sobre outro; não há hegemonia de indivíduos (GRAMSCI, 2001a, p. 98);

viii) A hegemonia é combinação dos interesses nacional e internacional (GRAMSCI, 2002b).

ix) Toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica (GRAMSCI, 2004, p. 399).

Características que perpassam por um dos campos fundamentais de disputa das ideologias, o campo da mídia, particularmente o da mídia eletrônica de televisão.

2.1 A mídia eletrônica de televisão como instrumento de luta por parte dos setores hegemônicos no Brasil

Gramsci (2004) observa que existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e que entre elas sempre há a escolha por uma. Mas essa escolha não é puramente intelectual. É um fato complexo e que muitas das vezes traz consigo uma contradição entre o fato intelectual e a norma de conduta. E o contraste entre o pensar e o agir, "[...] isto é, a coexistência de duas concepções do mundo, uma afirmada por

palavras e a outra se manifestando na ação efetiva, nem sempre se deve à má-fé." (GRAMSCI, 2004, p. 97). Em amplas massas, ela é expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social.

Na escolha de uma concepção de mundo, mesmo quando um grupo toma emprestado para si a concepção de outro grupo, seja por subordinação ou submissão intelectual, e que passa a seguir – ou porque, em épocas normais, já a segue – tem-se que esse grupo a escolhe (ou a critica) por decorrência de fatos políticos inseparáveis da filosofia[3]. Dessa maneira, à luz da reflexão gramsciana, não há como separar dada concepção de mundo de determinada política.

A televisão, em nossa época, ainda que em capilaridade e influência decrescentes, exerce substancial força nesse amálgama que conforma o pensar e o agir de amplas massas. Para além de uma incoerência ou má fé dentre aqueles a que tomam para si, temos como resultante da ação desse meio de comunicação uma concepção do mundo propagada por toda a sociedade. A qual uns grupos a assimilam; outros, a criticam; ambos convivem com sua influência.

Sistematizar crítica e coerentemente esse processo é premissa para a compreensão histórico-política da contribuição da mídia eletrônica de televisão para a conformação da ideologia dominante na atualidade. Ideologia aqui entendida, nos mesmos termos de Gramsci (2004, p. 98-99), como: [...] o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas".

O papel precípuo da mídia eletrônica de televisão tem sido exatamente este: conservar a unidade ideológica do bloco social cimentada pela concepção de mundo/ideologia que vigora como dominante, unificada pelos interesses econômicos da classe dominante. Assim, a mídia torna-se instrumento de solução para um problema, com base em Gramsci (2004), que em épocas passadas levava extrema

[3] Filosofia aqui entendida, nos termos de Gramsci (2004, p. 98), como aquela "[...] necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente"; "[...] uma ordem intelectual que nem a religião e nem o senso comum podem ser". (GRAMSCI, 2004, p. 96). E, ainda, complementa ele: "[...] é filosofia a concepção do mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma determinada vida prática) de todo um grupo social concebido em movimento e considerado, consequentemente, não apenas seus interesses atuais e imediatos, mas também futuros e mediatos." (GRAMSCI, 2004, p. 302).

preocupação à Igreja. Antes a obstinação da Igreja romana era evitar debilitar-se com uma divisão em duas religiões, a dos *intelectuais* e a das *almas simples*. A fim de impedir essa cisão entre os de baixo e os do alto, os jesuítas destacaram-se como maiores artesãos da organização da cultura católica. A mídia eletrônica de televisão no Brasil exerce com excelência esse papel anteriormente desempenhado pelos jesuítas. Nos dias atuais, a mídia eletrônica de televisão pode ser considerada como mecanismo essencial de contribuição para a coesão ideológica do bloco social dominante.

Organicamente, ela se coloca e exerce um papel intelectual, à medida que sintetiza princípios e problemas que as massas colocam em sua atividade prática. (GRAMSCI, 2004). Mediatiza a unificação, assim, a solução a todos, aos *simples* e aos *intelectuais*, do bloco cultural e social sobre o qual mantém sua influência. E o faz com maestria porque, na sua lógica mercadológica, das disputas das audiências, dos públicos, a televisão precisa manter permanente interação e contato cultural com as massas, sabendo compreender suas respostas e retornos aos produtos e bens culturais lançados por ela, a fim de verificar sua aceitação.

Essa lógica permite ao veículo não se desprender, não pender mais ao pensamento filosófico individual de seus produtores, autores, diretores, editores, enfim, dos que elaboram o processo cultural disseminado pela televisão, do que ao senso comum estabelecido entre os *simples*, aquelas imensas massas que constituem as audiências. Ora, dado que "[...] a relação entre filosofia 'superior' e senso comum é assegurada pela 'política'." (GRAMSCI, 2004, p. 101, grifos do autor), temos aqui que o papel intelectual exercido pela mídia eletrônica de televisão é eminentemente político na conformação e permanente (re)elaboração do senso comum sob o qual as massas se movimentam.

Isto porque "[...] o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação." (GRAMSCI, 2004, p. 103). Sua dupla consciência, a implícita na ação e a superficialmente explícita ou verbal, é herdada acriticamente do passado. E, como reflete Gramsci (2004, p. 103, grifos nosso):

> [...] esta concepção "verbal" não é inconsciente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de

> uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência **não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política**.

Superar a ideologia hegemônica requer um duplo movimento: criticar a existente e, ao mesmo tempo, construir a ideologia que se quer nova. Esta, para ter substância e força, precisa seguir o caminho pelo qual se deve também criticar a própria concepção de mundo, a fim de torná-la unitária e coerente: Esse é o passo decisivo e firme para superar a ideologia existente.

> Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, **somos sempre homens-massa ou homens-coletivos**. (GRAMSCI, 2004, p. 94, grifo nosso).

Gramsci (2004, p. 94-95) anota que "[...]. não se pode separar a filosofia da história da filosofia, nem a cultura da história da cultura". Parafraseando-o, não podemos separar a mídia da história da mídia, em especial a televisão. O seu processo de constituição no Brasil, de Assis Chateaubriand a Roberto Marinho, passado por Silvio Santos, João Jorge Saad e outros, segue a linha histórica de conformação de uma concepção de mundo adequada aos interesses das classes dominantes.

Historicamente, temos a mídia hegemônica agindo para manter o conformismo sob a concepção de mundo dominante: o do fim das ideologias, da inexistência de alternativas por fora do que aí está. Essa mídia reforça a consolidação do homem como homens-massa. Particularmente, dentre outros aspectos a evidenciar, a televisão objetiva um povo monoglota, nos termos que Gramsci (2004) aborda a questão da língua, pois, com isso, contribui para uma concepção de mundo restrita, provinciana, fossilizada, anacrônica. Contribui para afastar, destarte, o povo das grandes correntes de pensamento do mundo contemporâneo, à medida que não o possibilita ser universal.

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço. É desagregada, incoerente, inconsequente. O senso comum das massas não se opõe à concepção de mundo dos intelectuais, porque é desconhecido das multidões e não

tem eficácia direta sobre seu modo de pensar e agir. A relação entre senso comum e religião é muito maior do que entre o senso comum e a concepção dos intelectuais. No senso comum, predominam os elementos realistas, imediatos: é um agregado caótico de concepções sem nexo. O que não significa a inexistência de verdades no senso comum, mas que ele é conceito contraditório e multiforme pelo qual o homem médio absorve acriticamente a concepção de mundo pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais desenvolve sua individualidade moral. (GRAMSCI, 2004).

Portanto, o senso comum deve ser o ponto de partida da ação que se quer transformadora. Para transformar o senso comum, há a necessidade de estabelecer um novo senso comum, uma nova cultura, que se enraíze na consciência popular com a mesma solidez que as crenças tradicionais (GRAMSCI, 2004).

A mídia dominante trabalha muito bem com o senso comum. Sua relação é permanente e flexível: ora reforça; ora tensiona. As pautas mais polêmicas da sociedade brasileira contemporânea tem sido bons exemplos disso. O casamento homoafetivo, o beijo gay na novela do horário nobre, a família não mais convencional (pai, mãe e filhos desses mesmos pais), etc., são temas que a mídia tenta transformar o senso comum para uma nova concepção. Dependendo da reação da sociedade, ela recua ou não na abordagem proposta. Como na gramática midiática a audiência é a bússola principal, sua queda ou aquisição de percentuais de público a faz medir com precisão até onde pode avançar.

Se é assim nesse plano das relações sociais, culturais, o mesmo não funciona no plano da política. O único momento de recuo aceito pela mídia em sua pauta proposta é a reação nas ruas e nas redes sociais às suas proposições. Mas não no sentido de abandonar, mas de reelaborar a forma da abordagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gramsci (2004, p. 112) sugere que “[...] seria interessante estudar concretamente, em um determinado país, a organização cultural que movimenta o mundo ideológico e examinar seu funcionamento prático”. Sem sombra de dúvida, no caso brasileiro, a mídia televisiva exerce grande influência na organização cultural

atual que movimenta o mundo ideológico. Importa pesquisar quais os limites dessa sua atuação. Em *Cadernos do Cárcere*, ele problematiza a relação entre ideologia e hegemonia a partir da situação italiana da primeira metade do século XX. Pergunta a quem caberia maior influência, se a Croce, a Gentile ou ao Papa. Para responder, estipula, dentre outros, o seguinte critério: "[...] quem tenha mais importância do ponto de vista da hegemonia, como ordenador da ideologia que empresta o cimento mais íntimo à sociedade civil e, portanto, ao Estado." (GRAMSCI, 2004, p. 375).

Refletindo a partir dessa premissa fixada por Gramsci (2004), cabe também questionarmos: qual sujeito/instituição mais contribui para influenciar a ideologia atualmente no país? Parece-nos que o oligopólio das grandes emissoras de televisão, sob controle de uma só classe, tem particular relevância nesse papel de grande ordenador. Ela tem apontado os caminhos que cimentam a hegemonia da classe dominante no âmbito da sociedade civil e do Estado, influenciando fortemente as políticas públicas

A mídia monopolizada pela classe dominante está a serviço desse grande partido do conservadorismo brasileiro, ainda que, em alguns momentos, mantenha contradição com as ideias comportamentais defendidas por esse campo, especialmente no tocante aos direitos de algumas minorias políticas. Ela é a uma das mais influentes ordenadoras da ideologia dominante no país.

A interferência da mídia no processo político, dentro do papel reservado a ela na luta de classes, é exatamente esse, de disputar as mentes das classes subalternizadas ao projeto dominante, já que "[...] as ideologias não são de modo algum arbitrárias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente **por razões de luta política** [...]" (GRAMSCI, 2004, p. 387, grifo nosso). Tal processo dá-se pelo fato de que é preciso permanentemente evitar que governados se tornem intelectualmente independentes dos governantes. Que uma hegemonia vigente seja destruída por outra que venha a ser criada. (GRAMSCI, 2004).

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere:** introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere:** literatura; folclore; gramática; apêndices; variantes e índices. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 1. ed. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____**Cadernos do cárcere:** Maquiavel; notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Cadernos do cárcere:** o risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

_____. **Cadernos do cárcere:** os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **Cadernos do cárcere:** temas de cultura; ação católica; americanismo e fordismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

RUBIM, Albino. *Media*, política e eleições brasileiras de 1989 e 1994. In: BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell; FAUSTO NETO, Antonio (Orgs.). **A encenação dos sentidos**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.